

Editorial

A AGB - Seção Fortaleza, gestão 2018-2020, tem a honra de trazer à sociedade a quarta edição do seu Boletim Geográfico, um informativo que tem por objetivo central discutir temas e questões relativas à ciência geográfica e o seu papel ativo na sociedade a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que entende o papel da Geografia como um importante ramo do conhecimento que deve atuar de forma diretamente efetiva na realidade social com base no pensamento crítico-reflexivo sobre os processos de produção e reprodução do capital sobre o espaço geográfico.

Diante do atual contexto fortemente marcado pelo acirramento dos conflitos, ataques à democracia de forma descarada, avanços dos/as ultraconservadores/as no poder e de uma agenda neoliberal que põe em risco as histórias de conquistas sociais obtidas a duras penas, nos parece urgente trazer, ao centro dos debates, que

fortaleçam as lutas construídas por trabalhadores(as) para trabalhadores(as), oferecendo as ferramentas teórico-metodológicas da Geografia Crítica em apoio a essas causas.

Dessa forma, essa edição traz seis interessantes artigos que se fundamentam na leitura da realidade atual e na crítica aos desmonte das políticas públicas, a relação da Ciência, da Geografia do narcotráfico, do Ensino de Geografia a distância (EAD), das questões alimentares, e a crise ambiental todos esses temas pensados durante o período de pandemia do COVID-19, no Brasil.

Desejamos que a leitura desse informativo inspire, fortaleça e incentive à uma organização coletivamente em prol da construção de uma sociedade justa e digna para cada um/a de seus habitantes.

Associação de Geógrafos Brasileiros Seção Local Fortaleza
Gestão (2018-2020)

“PASSANDO A BOIADA”: CRISE AMBIENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Por Francisco Leandro de Almeida Santos e Otávio Augusto de Oliveira L. Barra

Em meio à pandemia da Covid-19, o Brasil assiste com espanto a escalada a favor da ampliação das

fronteiras do desmatamento sobre a Amazônia Legal. O enfraquecimento do corpo técnico do IBAMA encaminhado pelo ministro do Meio Ambiente Ricardo Sales segue as recomendações do presidente Jair Bolsonaro, que alega dar fim ao que ele chama de “arcabouço ideológico” no setor, o que acarretou em exonerações de servidores de carreiras do órgão, sinalizando um processo de militarização dos cargos de chefia das instituições ambientais que atuam diretamente no combate aos garimpos ilegais na Amazônia, por exemplo. Conforme a matéria do Jornal “Brasil de Fato” em

19/05/2020⁽¹⁾, o desmatamento na Amazônia aumentou 171% em relação ao mesmo período de 2019, de

acordo com dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que não é ligado ao governo. Esses dados atestam que no mês de abril de 2020 a área florestal desmatada foi 529 Km², equivalente ao município de Porto Alegre.

A riqueza de suas florestas, a vasta rede de drenagem e os múltiplos recursos minerais, despertam o interesse de diversos segmentos da sociedade capitalista no intuito de mercantilizar a natureza, burlando os direitos humanos fundamentais das comunidades que historicamente retiram do ambiente os



Charge: Duke
“No contexto atual, em que impera reforçar a necessidade de proteção da natureza, o governo brasileiro age ao contrário.”

principais recursos para sua sobrevivência. Não obstante, Salles, em vídeo da fatídica reunião ministerial ocorrida em 22 de abril, falou em aproveitar a crise do coronavírus para aprovar pautas contrárias à proteção ambiental, ou nas palavras dele: “(...) ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas”. Após isso, o Ministro reforça seus planos para que reformas infralegais de desregulamentação pudessem passar e como os órgãos do governo poderiam se “unir” para que tais atrocidades fossem garantidas. Mais um episódio esdrúxulo da atual pasta responsável pela condução da política ambiental brasileira.

Episódios semelhantes foram conduzidos pelo titular do MMA nesse mesmo período, como a exoneração de fiscais do IBAMA por retaliação à destruição de garimpos ilegais, realizada pelo órgão, atitude prevista no Artigo 101 do Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008 que dispõe sobre infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.

Além disso, fazem parte do “currículo” de Ricardo Salles, propostas de redução na proteção da Mata Atlântica facilitando, desta forma, a liberação de licenças ambientais para a construção de empreendimentos, como hotéis e condomínios, no bioma mais devastado do país ⁽²⁾. Outro ponto nefasto de sua gestão foi a MP 910/2019 (atual PL 2633/20) ou “MP da Grilagem” que tenta regularizar terras invadidas por grileiros, sendo utilizadas para o plantio e pecuária. Muitas dessas invasões deram-se em parques nacionais e áreas indígenas.

A pasta é fiel à chamada “ala ideológica” do governo Bolsonaro, que tem no negacionismo seu principal fundamento.

No contexto atual, em que impera reforçar a necessidade de proteção da natureza, o governo brasileiro age ao contrário. A destruição da natureza tem forte relação com a disseminação de doenças ⁽³⁾.

O desmatamento, a urbanização desenfreada e a industrialização provocam a perda de habitats e aproxima o contato com patógenos, inofensivos nos animais, mas causadores de doenças no ser humano, como a Covid-19 (novo Coronavírus). Culpa dos animais? Em hipótese alguma. Mas sim, fruto da insustentabilidade político-ambiental que caracteriza o capitalismo ⁽⁴⁾.

O Coronavírus é um aviso para consertarmos nosso relacionamento quebrado com a natureza ⁽⁵⁾. Se nem mesmo uma pandemia global conteve o desmatamento na Amazônia brasileira, o que esperarmos do futuro? Até o momento, a relevância da preservação dos ecossistemas para contenção de doenças não está em pauta no âmbito nacional, nem tampouco internacional. Entretanto, a natureza cobra, comunica, dá seus sinais, avisa. Precisamos dela e, não, ela de nós.

(1) Desmatamento da Amazônia em abril de 2020 é o maior em dez anos. **Brasil de Fato**. São Paulo, 19 mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/19/desmatamento-da-amazonia-em-abril-de-2020-e-o-maior-em-dez-anos>

(2) CAMARGOS, Daniel. Mais uma ‘boiada’: novo decreto de Salles que reduz proteção da Mata Atlântica aguarda aval de Bolsonaro. **ONG Repórter Brasil**. 12 jun.2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/mais-uma-boiada-decreto-de-salles-que-reduz-protecao-da-mata-atlantica-aguarda-assinatura-de-bolsonaro/>

(3) SHAH, Sonia. Contre les pandémies, l’écologie. **Le Monde diplomatique**. Mar.2020. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/2020/03/SHAH/61547>.

(4) PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

(5) LAMBERTINI, Marco; MREMA, Elizabeth Maruma; NEIRA, Maria. Coronavirus is a warning to us to mend our broken relationship with nature. **The Guardian**. 17 Jun. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jun/17/coronavirus-warning-broken-relationship-nature>.

(4) PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

(5) LAMBERTINI, Marco; MREMA, Elizabeth Maruma; NEIRA, Maria. Coronavirus is a warning to us to mend our broken relationship with nature. **The Guardian**. 17 Jun. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jun/17/coronavirus-warning-broken-relationship-nature>.



Francisco Leandro de Almeida Santos
Doutorando em Geografia (UFC) e Professor de Geografia.

Otávio Augusto de Oliveira L. Barra
Doutorando em Geografia (UECE), Professor de Geografia e Secretário da AGB SL Fortaleza (2018-2020).



Seja sócio da AGB

Porque se associar?

1. Participar da construção da Geografia brasileira;
2. Fortalecer as bandeiras de lutas e pautas da associação;
3. ficar informado dos concursos, eventos, notícias e discussões de interesse da comunidade geográfica;
4. ter desconto nas taxas de inscrições de eventos promovidos pela AGB em todo país;



agbfortaleza.webnode.com.br/associe-se/

AS DIFICULDADES DA CIÊNCIA [OU DE SE FAZER CIÊNCIA] EM TEMPOS DE PANDEMIA

Por Antônia Elisângela Ximenes Aguiar

Com o advento do novo Coronavírus e a consequente pandemia no mundo, o modo de vida das sociedades como conhecemos não existe mais. Essas mudanças estão por toda parte, desde organização das pessoas enquanto sociedade, sistemas de produção como a importância da própria ciência enquanto base de desenvolvimento para um país.

A pandemia chegou ao Brasil envolto a um cenário de negacionismo, desmoralização, descrédito na ciência e nas instituições de ensino pela sociedade brasileira, graças a falta de investimento público em pesquisa, um dos pilares para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país, que perpassa as políticas do atual governo (por meio de cortes de bolsas de pesquisas, falta de insumos, defasagem tecnológica laboratorial) a movimentos terraplanistas e antivacina que, no último ano, ganharam força.

Por conta do descrédito na ciência atrelado a falta de condições de trabalho a muitos pesquisadores no Brasil, vem se intensificando um processo denominado como fuga de cérebros, que nada mais é, que cientistas altamente qualificados deixando o país para atuar em centros de pesquisas com melhores condições de trabalho e de investimento.

e de investimento. Os cortes sucessivos nas bolsas de pós-graduação e o contingenciamento das despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), interromperam a continuação e um ciclo de expansão das pesquisas da ciência brasileira em âmbito nacional e internacional. Esse cenário dificulta ainda mais a busca por uma saída rápida da pandemia e seus efeitos sociais e econômicos no país.

O acesso ao Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior-PDSE que é uma das políticas de mobilidade acadêmica internacional, têm passado por transformações e dificultado o acesso dos pós-graduandos a esse programa. O que tem acontecido é a exigência de notas de proficiência cada dia mais altas em seus editais anuais, principalmente em inglês, sendo exigido 550 pontos no TOEFL ITP nota superior à adotada pelas instituições estrangeiras como a Fullbright. Vale ressaltar que a proficiência em língua estrangeira está sendo supervalorizada pela CAPES em detrimento dos currículos de todos os candidatos do processo, os quais estão sendo ignorados e descartados. Tal medida afronta o próprio conceito de conhecimento científico, o qual é construído permanentemente e, por isso, não pode ser medido por um único certificado.

Seguindo essa lógica de desvalorização do pós-graduando e de não reconhecimento do seu valioso trabalho enquanto pesquisador, no dia 2 de julho uma data que

marca as lutas históricas pela independência da Bahia, a comunidade científica recebeu com indignação o último ofício da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). A agência encaminhou o ofício circular sobre o pagamento de bolsas durante o atual quadro de pandemia, no qual indica o corte das bolsas de quem não possui condições de continuidade das pesquisas durante a pandemia. O corte de bolsas no meio de uma crise sanitária em um período de evidente crescimento das desigualdades sociais e crise econômica, só demonstra o quanto os pesquisadores de nosso país são subjugados e estão desamparados pelo Estado. As bolsas de estudos destinadas ao desenvolvimento de pesquisas científicas são os salários dos pesquisadores, que trabalham noite e dia sem direitos trabalhistas, tal situação não pode ser confundida com bolsas assistenciais.

Essa política de ostracismo e de desmantelamento da educação pelo governo, se manifesta a todo momento por meio de portarias na CAPES como: a 18, 19, 21 e a mais recente 34. No início do ano, semanas antes da pandemia, a portaria 34 surpreendeu a comunidade científica trazendo mudanças nos critérios de distribuição de bolsas nos programas de pós-graduação do país.

Os novos critérios estabeleciam parâmetros como qualidade e desenvolvimento social para distribuição das bolsas nos programas, no entanto, a implementação dessa nova política de distribuição assumiu o caminho inverso e enquanto programas medianos tiveram aumento nas cotas de bolsas, programas de nota máxima tiveram suas bolsas cortadas. O novo modelo, previsto pela Portaria, tende a acarretar uma maior concentração da pesquisa científica, agravando ainda mais as assimetrias regionais do país.

É preciso refletir sobre a importância de cada programa de Pós-graduação, seja qual for a sua nota ou área de atuação, pois antes de tudo o seu papel é social e de qualificação de pessoal. Macular o mérito das pesquisas produzidas nos campos das ciências sociais e humanas por não serem consideradas “áreas prioritárias” é negar a relevância do entendimento das questões que se impõem a vida cotidiana e em suas relações com o ambiente e com o próprio homem, é não compreender as demandas históricas e sociais que contribuem para nossa humanização enquanto civilização.



Antônia Elisângela Ximenes Aguiar

Doutoranda em geografia pela (UECE), integrante do Grupo de Pesquisa Semiárido Brasileiro e o Contexto Geoambiental, integrante do Grupo Complexity and Social-Ecological Dynamics - Cases sediado em Barcelona e Diretora de Capacitação da Associação Brasileira de Mulheres na Geociências (ABMGEO).

A ESFERA LOCAL DO NARCOTRÁFICO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Por Daniel Bruno Vasconcelos

O último relatório mundial de drogas, publicado pela ONU em junho de 2020, mostrou que houve uma queda no consumo mundial de drogas ilícitas durante o período de isolamento social causado pelo novo coronavírus. Esta baixa está relacionada a diversos fatores na esfera global, fazendo com que, pela primeira vez na história, as fronteiras de diversos países, de todos os continentes, fossem fechadas simultaneamente. Isso ocasionou uma baixa circulação das substâncias ilícitas em todas as regiões, inclusive a redução dos insumos para produção.

Somando-se aos elementos globais, há fatores locais que influenciam essa redução de consumo, entre eles, o fechamento de espaços comumente utilizados para o consumo de drogas, desde casas noturnas e bares até praias e parques com áreas verdes. Entretanto, isso não significa que o novo coronavírus conseguiu frear a guerra às drogas, muito pelo contrário: a pandemia intensificou consideravelmente o conflito interno dentro das corporações do narcotráfico ⁽¹⁾.

Além do avanço da doença entre as pessoas que vivem nos territórios dominados, com o orçamento em baixa, as corporações do narcotráfico também enfrentam os mesmos problemas que um grupo empresarial legal, mas com a intensificação de ter que defender seu território de outros grupos organizados ilegalmente, as facções criminosas, inclusive de milícias e paramilitares.

Dentro da lógica do mercado de drogas, não é interessante para as corporações do narcotráfico que seus territórios estejam com um alto índice de óbitos e de contaminados pelo novo coronavírus, pois isso afasta a clientela que procura determinadas substâncias ilícitas para consumo. Esse foi, inclusive, um dos motivos que fez com que alguns desses grupos organizados mantivessem um determinado controle da circulação de pessoas dentro de seus territórios. No início da pandemia, esse cenário de isolamento foi constatado em diversas capitais do Brasil, mas com a abertura econômica, que possibilitou o retorno do comércio e impeliu as pessoas a saírem para trabalhar, esse controle restrito foi deixando de acontecer, flexibilizando mais a circulação de pessoas.

Embora, em muitos territórios dominados por alguma corporação do narcotráfico, não tenha mudado a vida cotidiana das pessoas durante a pandemia e o isolamento social na prática quase não exista hoje, são nesses espaços normalmente periféricos e precários de infraestrutura urbana que estão aglomeradas milhares de pessoas de baixa renda em situação de vulnerabilidade social, com dificuldade de arcar com as necessidades

básicas da reprodução da vida humana, resultando a essas corporações do narcotráfico o serviço de gerir essa crise social dentro de seus territórios.

A dependência econômica e social de muitas famílias que vivem nesses territórios do narcotráfico, traz consigo uma dívida e o “preço” dessa dívida não é barato para essas pessoas que dependem de ajuda material. Portanto, é sempre uma troca de favores, se ajuda hoje para amanhã ser ajudado de alguma forma, custe o que custar.

Na lógica financeira desses grupos relacionados a alguma atividade ilícita, quando um ramo do mercado não está indo bem na arrecadação de capital, é necessário buscar novas formas de captar dinheiro, pois as dívidas para o seu funcionamento são constantes, principalmente com o pagamento de propina para funcionários públicos corruptos das áreas de segurança pública e justiça.

Desse modo, a cooptação de civis, de menor idade legal, para trabalhar para essas corporações do narcotráfico, acaba se intensificando nesses momentos. Esses jovens normalmente são moradores de seus territórios, junto a suas famílias em situação de vulnerabilidade, e, diante dessa estrutura social precarizada, muitos desenvolvem o pensamento de que “não têm nada a perder”, o que abre espaço para sua inserção no tráfico. Assim, nos serviços solicitados pelos chefes de maior *status* no crime, esses menores de idade não serão utilizados apenas para serviços ilegais relacionados ao tráfico de drogas, mas também a outros tipos de atividades ilegais, como assaltos de pequeno e grande porte, dentre outras ilegalidades.

Diante de tudo isso, é possível perceber que o crime organizado no Brasil possui um funcionamento próprio e bastante complexo, que cresce cada vez mais a cada dia, principalmente por causa da desigualdade social, da pobreza e do racismo. Esses jovens que trabalham nessas atividades ilegais hoje são vítimas de um sistema estatal falido em diversos aspectos: na segurança pública, na assistência social, no combate às drogas, no modelo econômico neoliberal que beneficia apenas uma pequena parcela da sociedade, no sistema de justiça etc.

Por isso, não haverá diminuição da criminalidade se não houver uma transformação social, educacional e econômica, que permita o acesso igualitário às oportunidades sociais, juntamente a um novo modelo de segurança pública e de justiça. Não é possível termos, via de regra, a grande maioria de pessoas pobres e negras compondo o sistema prisional, enquanto pessoas brancas de classes altas estão nos altos cargos públicos do Executi-

vo, Legislativo e Judiciário, ditando as regras de como é e como será a nossa sociedade. Isso precisa mudar urgentemente, é necessário ter mais representatividade dentro dos três poderes do Estado,

por povos que historicamente são excluídos do sistema por conta da sua condição social (pobres), étnica e racial e que, ao mesmo tempo, configuram a maioria da população brasileira.

(1) A nomenclatura “Corporações do Narcotráfico” se dá ao crime organizado em grupo, ou seja, que produz, circula e/ou vende algum tipo de droga ilícita. Esses grupos utilizam da mesma estrutura econômica de uma corporação empresarial, mas sem nenhuma regulação do Estado.



Daniel Bruno Vasconcelos

Doutorando em Geografia (USP) e Professor de Geografia.

AGROTÓXICOS: UM PROBLEMA A MAIS PARA SAÚDE DO BRASIL EM 2020

Por Martha Priscila Bezerra Pereira e Raisa Maria de Sousa Regala

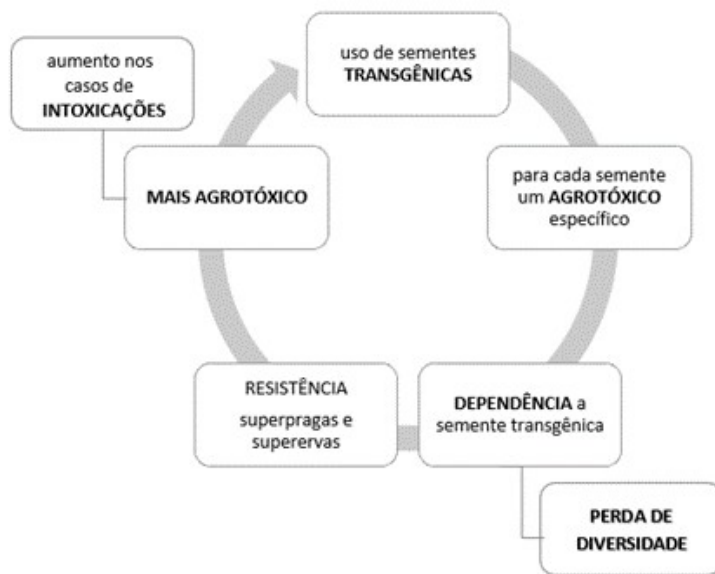
Temos muito com o que nos preocupar em 2020. Além de uma pandemia global como a COVID-19, outro problema que vem nos preocupando, e se intensificando, são os números de agrotóxicos que a população brasileira vem consumindo, não só nos alimentos, mas também na água que ingerida. Só em 2020 foram liberados 150 agrotóxicos no Brasil, até o mês de maio. Nos últimos quatro anos, percebe-se um aumento gradual na liberação de agrotóxicos no Brasil, de modo que entre os anos de 2016 até 2019 temos, respectivamente, os números de 277, 405, 450 e 475 novos agrotóxicos liberados. (REGALA, 2019). Sendo assim, a alimentação sem veneno tem sido um dos maiores desafios para a população brasileira e o governo contribui para tal feito.

Como já dito, mesmo diante de uma pandemia, onde todos os esforços do governo deveriam ser direcionados para minimizar os efeitos (infectados e mortos) do novo coronavírus, o governo lança a Portaria 116, que torna a comercialização (importação e exportação) de defensivos agrícolas como atividades essenciais. Sendo esse fato um oportunismo, pois todas atenções estão voltadas para a pandemia que estamos vivendo.

Assim observamos que saúde não é a prioridade do governo que está no poder. Arelado ao uso de agrotóxicos, temos as sementes transgênicas, os dois em conjuntos, tem relação com o aumento de alergias, trazem resistência aos antibióticos e super pragas e super ervas (IDEC, 2014). Esses últimos fazem com que tenha um aumento na dosagem de agrotóxico utilizadas nas

plantações, assim teremos um ciclo vicioso onde o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas traz dependências, assim tendo que aumentar as dosagens nas aplicações dos agrotóxicos, pela supracitada superpragas e superervas (REGALA, 2019).

Além do já citado, também temos as intoxicações, essas dependem altos gastos. Mas, há quem pense que as contas dos agrotóxicos acabam por aí, segundo o relatório produzido pela ABRASCO (SOARES; CUNHA; PORTO, 2020), foi renovado o acordo 100/97, no ano de 2020, que reduz em 60% os impostos sobre os agrotóxicos, significando milhões de reais que são deixados de receber. Os valores dos tributos não recebidos são duas vezes maiores do que o que foi gasto no SUS no mesmo ano, 2017 (FLAESCHEN, 2020). Mais uma vez observamos que saúde não é interesse do governo.



Ciclo da dependência ao agrotóxico e as sementes transgênicas

Fonte: Raisa Regala, 2019.

Somado a toda essa problemática exposta, da população que manipula o agrotóxico, parte dela desenvolve problemas pulmonares, além de outros problemas respiratórios (ISMAEL, GARCIA, MARTINS, AUGUSTO, 2015; REGALA, 2019). Essa situação torna eles como mais um dos grupos vulneráveis no sentido de desenvolver a forma grave da Covid-19, uma vez que um dos problemas associados como de risco seriam as doenças pulmonares.

REFERÊNCIAS:

FLAESCHEN, H. Incentivo fiscal a agrotóxicos é injustificá-

vel. In: **Incentivo fiscal a agrotóxicos é injustificável**. [S. l.], 12 fev. 2020. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/incentivo-fiscal-a-agrotoxicos-e-injustificavel-relatorio-da-abrasco-subsidia-imprensa/45220/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IDEC. Saiba o que são os alimentos transgênicos e quais os seus riscos. Disponível em: <https://idec.org.br/consultas/dicas-e-direitos/saiba-o-que-sao-os-alimentostransgenicos-e-quais-os-seus-riscos#.T2pBuZwpzxs.email> Acesso em 8 julho 2020.

ISMAEL, L. L.; GARCIA, H. R. M.; MARTINS, W. A.; AUGUSTO, J.. Saúde, meio ambiente e segurança do trabalho associado ao uso de agrotóxicos. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Vol. 10, n. 5, p. 28-33, dez, 2015. Disponível em: www.dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7322070. Acesso em 13 de julho de 2020.

REGALA, R. M. S. **Perímetro Irrigado das Várzeas de**

Sousa: Conflitos territoriais e resistências camponesa contra o uso de agrotóxico. Orientador: Emilia de Rodat Fernandes Moreira e Martha Priscila Bezerra Pereira. 2019. 142 p. Dissertação (Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SOARES, W. L.; CUNHA, L. N.; PORTO, M. F. S. **Uma política de Incentivo fiscal a agrotóxicos no Brasil é injustificável e insustentável**. Rio de Janeiro: ABRASCO. 2020. 49p. (Relatório produzido pela Abrasco através do GT Saúde e Ambiente, com o apoio do Instituto Ibirapitanga)



Martha Priscila Bezerra Pereira
Professora Doutora, (UFCG)
Associação dos Geógrafos Brasileiro – SL João Pessoa .



Raísa Maria de Sousa Regala
Doutorando em Geografia (UNESP)
Associação dos Geógrafos Brasileiros – SL João Pessoa

DISPUTAS NA EDUCAÇÃO: VIDAS, ESCOLAS PÚBLICAS, EMPRESÁRIOS E ESTADO

Por Maria Rita de Castro Lopes

A pandemia agravou ainda mais as crises que vivemos nos setores da saúde, educação e economia no Brasil. Apesar de ser difícil mensurar o impacto da pandemia na educação, aqui trataremos brevemente de dois problemas: o ensino EAD e a volta às aulas, mas poderíamos elencar vários outros.

Os estudantes das escolas públicas, certamente, são os mais prejudicados com a necessidade de isolamento social. Em geral, as secretarias de educação ofereceram apenas a opção do ensino remoto, denominado de EAD, a partir do uso de plataformas de ensino e convênios com as companhias telefônicas. Esses contratos, que são caríssimos, ocorreram sem consulta prévia aos educadores e aos estudantes.

Em muitos lugares a implantação dessas tecnologias foram um fim em si mesma, porque vivemos em um país com uma profunda desigual-

dade social e conseqüentemente de acesso às tecnologias, onde muitos estudantes não conseguem acessá-las

por não terem celulares, Wi-Fi ou computadores, e pela falta de rede de internet. Perversamente, os gestores públicos estão usando o contexto atual como laboratório



@cartunista_das_cavernas
“[...] colocarão em risco diversas vidas, que circularam diariamente pela cidade, aumentando o risco de serem infectadas nas escolas e infectar a comunidade em seu entorno.”

para a implantação do EAD. A partir da ementa provisória 934, querem que o transcurso do ano letivo de 2020 seja realizado EAD, sendo que a tecnologia deve ser apenas um recurso de apoio do ensino escolar. Aqui cabem três perguntas: O quanto os estudantes, principalmente de escola pública, estão efetivamente aprendendo com o sistema EAD? Por que não podemos terminar o ano letivo de 2020 em 2021? Quanto estas empresas estão lucrando com a verba pública? Não sabemos, porque ocorre de forma sorrateira. Mas sabemos que parcela da verba da educação está indo para o empresariado, significando a diminuição do repasse de verba futuramente para as escolas públicas, que terão mais dificuldades de sanarem as suas verdadeiras demandas, aprofundando

ainda mais o foço de desigualdade social e educacional existente historicamente em nosso país.

Muitos debates têm surgido em torno da sociabilização e da aprendizagem das crianças e dos jovens, em decorrência da necessidade do distanciamento físico da escola. No entanto, governos estaduais e municipais estão se apropriando dessas preocupações de forma desonesta, para justificarem a volta precoce às aulas presenciais. Impreterivelmente, o isolamento social se faz necessário neste momento, principalmente em um país onde não existiu uma política de Estado em favor ao direito à vida. Em relação à aprendizagem, ela é problemática e desigual muito antes da pandemia, principalmente nas redes públicas, onde não existem investimentos e valorizações necessárias para o desenvolvimento dos nossos estudantes, que contam com salas de aulas lotadas, falta de funcionários e professores, problemas estruturais nos prédios escolares. Seria difícil enumerar os vários desmantelamentos em que vivem as escolas do país.

Existe uma pressão dos donos das escolas privadas sobre as gestões públicas para a criação de um calendário precoce de volta às aulas, com a argumentação que eles estariam preparados para receberem novamente os estudantes. Esses empresários da educação estão perdendo matrículas escolares, mas não é em decorrência do ensino remoto, infelizmente muitas famílias começaram ou começarão a passar por graves crises financeiras, por isso não conseguem mais priorizar o pagamento das mensalidades do ensino privado. A pressão e a visão, estreita e egoísta, desses empresários colocarão em risco diversas vidas, que circularam diariamente pela cidade, aumentando o risco de serem infectadas nas escolas e infectar a comunidade em seu entorno. Concomitantemente, as escolas públicas serão as mais prejudicadas

com a volta às aulas. Parcela significativa delas não têm condições de minimizar o risco de contágio, seja pela falta de recurso humano, seja pela escassez de material. Fato que contribuirá para o aumento de contágio e perda de vidas, principalmente de vidas negras nos territórios das periferias.

Apesar das graves crises em que a sociedade brasileira se encontra, muitos gestores públicos, movido por interesses próprios, preocupam-se apenas com uma parcela do setor econômico, que corresponde ao progresso do capital financeiro dos grandes aglomerados empresariais. São inumeráveis os descasos com a educação antes e durante a pandemia, que são acentuados principalmente por falta de políticas que deveriam a princípio serem centralizadas pelo MEC, que, desde 2019 visou apenas levantar debates bizarros e fantasiosos de cunho ideológico. Apesar desse contexto complexo, educadorxs, famílias e estudantes estão se mobilizando e lutando pela garantia de uma educação republicana e progressista; pelo retorno as aulas de forma segura; aprovação do FUNDEB que garanta verba para o ensino público e contribua para o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas; para uma data mais justa para a realização do ENEM; que o repasse PNAE garanta segurança alimentar para as famílias em isolamento; a não precarização do trabalho docentes a partir da implantação do ensino EAD; e outros diversos desafios.



Maria Rita de Castro Lopes
Doutoranda em Geografia Humana (USP)
Professora Municipal de São Paulo

A RUA

A rua está nua.
Assim como seus sentidos,
de vagas sem carros;
de lojas sem bolsas;
de bares sem risos.
A rua nua:
desnuda-se a aparência
exposta em indiferença
de passos sem lares; de olhos sem brilho;
de bocas sem carne.

A rua está nua
mas nunca vazia.
O vai-vém de pernas no bonde
de quem sonha, um dia,
poder esticá-las no conforto de suas casas
e não em uma cama de hospital, fria.
E não em um leito, sem companhia.
E não em uma vala cavada no chão.

Em rua está,
Urbe em orbe.
Em rua se desfaz,

Urbi et orbi.
Urbano; suburbano.
Humano; sub-humano.
Em rua se espaça;
E ao passar à rua
Se disfarça.
E passa o ônibus
e passa a ambulância
e passa a boiada...
mas a vida que segue:
Nua... Na rua.
Esperança de carne crua
E dever de subir na grua.
Para que a rua
permaneça nua.



Lucas Freitas Fernandes
Mestrando em Geografia (UFMG) e associado
da AGB-SLBH

DESAFIOS E PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO A DISTÂNCIA NO CURSO SUPERIOR EM GEOGRAFIA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Por Francisco José Maciel de Moura

O ano é 2020. O mundo é surpreendido com os efeitos perversos e a rápida expansão da COVID-19, doença com efeitos devastadores sobre a saúde humana, que apenas no Brasil até hoje, 29 de julho, já ceifou mais de 90 mil vidas e deixou aproximadamente 2,5 milhões de infectados. Além das sequelas físicas e psicológicas, inúmeros desafios estão postos, o que nos obriga a re-discutir o papel da educação. No caso da educação superior, particularmente do curso de Geografia, os desafios são enormes, a começar pela própria especificidade do curso, que requer significativo percentual de carga horária prática em seus componentes curriculares.

A maneira mais prudente de agirmos (docentes, discentes, pais de aluno(a)s, funcionários e gestores) é sempre obedecendo aos protocolos de segurança estabelecidos pelas autoridades sanitárias, pois estaremos assim garantindo o mais fundamental dos direitos: o direito à vida. Isso inclui momentaneamente a necessidade de suspensão das atividades educacionais presenciais. A sociedade está em transformação e nesse contexto a educação encontrou no sistema de ensino a distância (EAD) uma forma de minimizar parte dos problemas. É sabido que o ensino a distância tem suas dificuldades, tais como adequar docentes e discentes à nova sistemática de ensino, garantir a participação e atenção plena dos estudantes durante as aulas, estabelecer mecanismos eficazes de avaliação, e permitir a motivação durante todo o processo de ensino-aprendizagem.

Uma das questões mais desafiadoras perpassa pelo contexto tecnológico, já que apesar do crescente aumento no acesso e uso das tecnologias digitais, ainda há elevada desigualdade qualitativa no seu uso. Muitos estudantes e até mesmo professores não têm acesso à internet com conexão estável e outros tantos sequer possuem computador, dispondo apenas de aparelho celular – quando o possuem – para acompanhamento das aulas e execução de atividades.

Os cursos superiores em Geografia na modalidade EAD, em especial das licenciaturas, apesar de serem cursos por natureza de ensino remoto, também foram sobremaneira afetados pela pandemia da COVID-19. No âmbito da Universidade Estadual do Ceará (UECE), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por exemplo, o curso de licenciatura em Geografia na mo-

dalidade EAD é ofertado em oito pólos (cidades) situados nas diversas macrorregiões do estado do Ceará. Encontramos nessa modalidade uma forma eficaz de minimizar a histórica carência na oferta de ensino superior no interior do Brasil. Enfrentamos as mesmas dificuldades de ensino anteriormente mencionadas, porém em diferentes graus. Por exemplo, parte significativa dos estudantes reside na zona rural dos municípios, não dispondo muitas vezes de internet com boa conexão e boa parte do(a)s aluno(a)s são trabalhadore(a)s, não possuindo horário alternativo de acesso às atividades acadêmicas. Apesar de todos os obstáculos, dispomos de várias maneiras de minimizar esses efeitos sobre o EAD.

A primeira delas é a capacitação para o sistema de ensino remoto. Não podemos conceber uma generalização do ensino remoto sem que antes seja oferecido minimamente o conhecimento sobre as ferramentas e metodologias de ensino-aprendizagem para docentes e discentes. A segunda é oferecer suporte “extra-aula” a professores e estudantes, o que pode ser realizado, por exemplo, pelos tutores, com formação específica na área.

A terceira é discutir conjuntamente os mecanismos avaliativos, nunca desconsiderando a realidade dos estudantes e professores, nos aspectos socioeconômicos, de acesso às tecnologias e mesmo psicológicos. Sintetizando: agora mais do que nunca é preciso maior investimento por parte das instituições de ensino e pelo Estado, quando for o caso, para que o EAD seja tratado da maneira mais especializada possível, visando garantir maior equidade nos processos educacionais, e que nós pautemos nossas atividades de ensino a distância sempre com *humanidade*, para que assim o ensino remoto sempre nos aproxime nunca nos distanciando.



Francisco José Maciel de Moura

Professor dos Cursos de Graduação em Geografia da (UECE)
Coordenador de Tutoria do Curso de Licenciatura em Geografia - UAB/UECE
Vice-Coodenador do Curso de Licenciatura em Geografia - UAB/UECE

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA



Convocatória para eleição da Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, biênio 2020-2022

A assembleia será realizada no dia 03 de outubro de 2020 às 14h (em primeira convocação com, no mínimo, dois terços dos associados) e às 15:00h (em segunda convocação com qualquer número de associados) através da plataforma meet (plataforma digital/eletrônica), disponibilizada previamente para o conjunto de associadas e associados por meios de seus canais de comunicação.

Integra do Edital disponível em: <https://www.agb.org.br/assembleia-geral-extraordinaria/>



O AGB em Debate possui um importante papel de comunicação e provocação interna, ao instigar as Seções Locais, os Grupos de Trabalho e seus/suas associados(as) a debaterem problemáticas que emergem como possíveis pautas nacionais.

Em consonância com esses princípios, o AGB em Debate – Edição Especial: COVID-19, traz textos que em suas análises, buscam compreender, problematizar e instigar associadas(os), grupos de trabalho, seções locais e a comunidade geográfica, a pensar e forma crítica a interface entre Geografia e COVID-19. Disponível em: <https://www.agb.org.br/agb-em-debate-covid-19/>

NOTAS E MANIFESTAÇÕES:

⇒ Nota da Associação dos/as Geógrafos/as Brasileiros/as Seção Fortaleza contra o projeto de destruição das dunas na Sabiaguaba

Disponível em: <https://agbfortaleza.webnode.com.br/news/nota-da-associacao-dos-as-geografos-as-brasileiros-as-secao-fortaleza-contr-o-projeto-de-destruicao-das-dunas-na-sabiaguaba/>

⇒ Nota de apoio ao biólogo Gabriel Aguiar e às causas ambientais

Disponível em: <https://agbfortaleza.webnode.com.br/news/nota-de-apoio-ao-biologo-gabriel-aguiar-e-as-causas-ambientais/>

⇒ Manifesto pela interrupção do regime de atividades não presenciais em MG

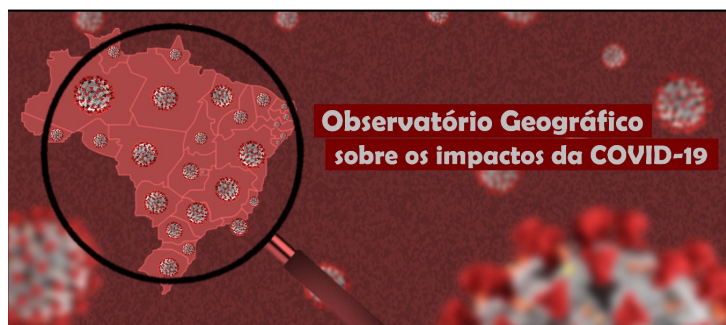
Disponível em: <https://www.agb.org.br/manifesto-pela-interrupcao-do-regime-de-atividades-nao-presenciais-em-mg/>

⇒ Nota da AGB-Campinas à comunidade e aos gestores públicos em relação às ações de combate à covid-19

Disponível em: <https://www.agb.org.br/nota-da-agb-campinas-a-comunidade-e-aos-gestores-publicos-em-relacao-as-aco-es-de-combate-a-covid-19/>

⇒ Nota da AGB em defesa do sistema de cotas raciais para ingresso na pós-graduação e pelo cancelamento da portaria nº 545/2020

Disponível em: <https://www.agb.org.br/nota-da-agb-em-defesa-do-sistema-de-cotas-raciais-para-ingresso-na-pos-graduacao-e-pelo-cancelamento-da-portaria-no-545-2020/>



Acesso: <https://www.agb.org.br/covid-19/>

IMAGEM E REFLEXÃO



Fonte: Felipe Rodrigues

Registro realizado durante visita de membros da AGB Fortaleza ao local ameaçado pela construção de loteamento em Sabiaguaba - Fortaleza/CE

“Esta área representa um ponto de conflito e injustiça ambiental, incidindo em recentes ameaças de morte a ambientalistas envolvidos na preservação das Dunas da Sabiaguaba e, há muito, vem sendo ameaçada pelo poderio do capital especulativo imobiliário, que trata as áreas ambientais da cidade de Fortaleza como mera reserva de capital. Não se protege a natureza, apenas guarda-se para valorizar e no momento oportuno devastar e vender, intensificando a saída do capital em tempos de crise que é a apropriação privada da natureza.

[...] em um momento marcado por uma crise ecológica e sanitária oriunda do Corona vírus a população precisa é de cuidado com o meio ambiente, com as pessoas, fauna e flora. Esse episódio intensifica o discurso bárbaro dos interesses do capital sobre os seres vivos, o que representa o pandemônio do lucro a cima da vida, como estamos vendo em relação as mortes do povo brasileiro pela COVID-19.”

Trecho da Nota da Associação dos/as Geógrafos/as Brasileiros/as Seção Fortaleza contra o projeto de destruição das dunas na Sabiaguaba de 10 de julho de 2020.

INDICAÇÕES

- Livros -

⇒ **A copa do mundo de 2014 na cidade de São Paulo: as transformações na estrutura urbana de Itaquera.** Autor: Daniel Bruno Vasconcelos. Editora: FFLCH, 2019.

Disponível em: ww.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/336/295/1238-1

⇒ **Sustentabilidade 4.0: o novo midsent do desenvolvimento sustentável.** Autora: Magda Helena Maya. Editora :Vermelho Marinho, 2019.

Disponível em: <https://www.magdamaya.com.br/livrosustentabilidade>

⇒ **Por uma geografia da autonomia.** Autor: Fábio Márcio Alkmin. Editora Humanitas, 2018.

⇒ **Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais.** Autora: Marília Steinberger (org.). Editora: Lge, 2006.

- Textos -

⇒ **Narcotráfico em tempos de Covid-19**

Disponível em: <https://diplomatie.org.br/narcotrafico-em-tempos-de-covid-19/>

- Filmes -

⇒ **MENINO 23.** Diretor: Belisário Franca . 2016 · Documentário. 1h 20m.

⇒ **PACARRETE.** Diretor: Allan Deberton. 2019 · Drama . 1h 37m.

⇒ **VIAJO PORQUE PRECISO, VOLTO PORQUE TE AMO.** Diretor: Marcelo Gomes, Karim Aïnouz. 2009. Drama · 1h 15m.

EXPEDIENTE

Organização: AGB Fortaleza | Gestão 2018 - 2020

Comissão editorial: Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira e Otávio Augusto de Oliveira Lima Barra

Diagramação: Felipe Rodrigues

Escreva para: agb.fortaleza@yahoo.com.br